

TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS SOB A ÓTICA
DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO:
UMA ABORDAGEM SOBRE O ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

REGIONAL TRANSFORMATIONS UNDER THE
PERSPECTIVE OF TERRITORIAL DIVISION
OF LABOR: AN APPROACH CONCERNING TO
STATE OF MATO GROSSO DO SUL

TRANSFORMACIONES REGIONALES BAJO LA
PERSPECTIVA DE LA DIVISIÓN TERRITORIAL DE
TRABAJO: UNA ABORDAJE AL ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Alexandre de Souza Corrêa

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados, MS.

E-mail: asc_alexandre@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é contextualizar as transformações regionais ocorridas no Brasil sob a ótica da Divisão Territorial do Trabalho, abordando de forma específica seus desdobramentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Para compreendermos estes aspectos é necessário evidenciar as primeiras formas de integração da formação e (re) produção sócio-espacial ao território brasileiro que ocorreram no contexto das relações estabelecidas pelo sistema capitalista industrial, o qual o Brasil demonstrou um crescimento interno, via substituição de importações. Percebe-se, que houve maiores investimentos agrícolas, com incentivos estatais (principalmente na Região Centro-Oeste), para sustentar o capital industrial que se iniciava na Região Sudeste no século XX. Assim, o trabalho buscou compreender as novas reestruturações que vem surgindo no decorrer do século XXI, realizando uma abordagem das políticas de desenvolvimento no século passado, para verificar as políticas adotadas, que atualmente partem da ótica do desenvolvimento de novas fontes de combustíveis, como a monocultura da cana-de-açúcar que vem se expandindo no estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: território; divisão territorial do trabalho; economia agroexportadora; industrialização; Mato Grosso do Sul.

Abstract: The aim of this paper is to contextualize the regional transformations that occurred in Brazil from the perspective of the Territorial Division of Labour by addressing their specific developments in the State of Mato Grosso do Sul. To understand these aspects is necessary to evidence the earliest forms of integration training and (re) production socio-spatial to Brazil which occurred in the context of relationships established by the industrial capitalist system, which Brazil has shown an internal growth, import substitution. It is noticed that there was more agricultural investment, with state incentives (mainly in the Midwest Region), to sustain the industrial capital that began in the Southeast in the twentieth century. Thus, the study attempts to understand the new restructuring that has emerged during the century, making an approach to development policies in the last century, to check the policies, which currently are based on the perspective of developing new fuel sources, such as monoculture of cane sugar which has been expanding in the current state of Mato Grosso do Sul.

Key words: territory, territorial division of labour; the agro; industrialization; Mato Grosso do Sul.

Resumen: El objetivo de este trabajo es contextualizar las transformaciones regionales que tuvieron lugar en Brasil desde la perspectiva de la División Territorial de Trabajo, atendiendo a sus desarrollos específicos en el Estado de Mato Grosso do Sul. Para comprender estos aspectos es necesario acreditar las primeras formas de integración la formación y la (re) producción socio-espacial de Brasil, que tuvo lugar en el contexto de las relaciones establecidas por el sistema industrial capitalista, que Brasil ha mostrado un crecimiento interno, la sustitución de importaciones. Se notó que había una mayor inversión agrícola, con incentivos estatales (principalmente en la Región Centro-Oeste), para mantener el capital industrial, que comenzó en el sudeste en el siglo XX. Así, el estudio trata de comprender la nueva reestructuración que ha surgido durante el siglo, haciendo una aproximación a las políticas de desarrollo en el siglo pasado, para revisar las políticas, que en la actualidad se basan en la perspectiva del desarrollo de nuevas fuentes de combustible, tales como monocultivo de la caña de azúcar que se ha expandido en el actual estado de Mato Grosso do Sul.

Palabras clave: territorio; de división territorial de trabajo; el agro; la industrialización; Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Ao elaborar um estudo sobre a inserção do Centro-Oeste e, particularmente do Estado de Mato Grosso do Sul, na economia nacional, deve-se considerar as re-divisões territoriais ou regionais do trabalho

ocorridas nacionalmente. Apura-se, neste contexto, uma discussão teórica sobre o território.

Na visão de Santos (2002), o território não pode ser entendido somente pelos recursos naturais ou sua demografia, mas sim como território usado, que abrange seu aspecto físico, como o solo, e seus aspectos subjetivos, que incluem as identidades e as particularidades, as quais trazem, nesse contexto, o objeto das reflexões aqui apresentadas.

Com tal pressuposto a questão da produção do território pode ser entendida, a partir das relações sociais que produzem as formas de ocupação do território. Assim, o território expressa as relações entre os sujeitos – indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas, entre outros que compõem a sociedade – e, por se tratarem de relações de poder, produzem o território (GIRARDI, 2009).

Assim, para contextualizar o objetivo deste trabalho, entendemos por território¹ o espaço socialmente construído, ou seja, a história construída pelos Homens que nele habitam e que dele se apropriam, definido como *locus* de produção de bens e reprodução do capital, que se manifesta em arranjos institucionais.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Para entendermos a divisão territorial do trabalho, no caso do Brasil e seus desdobramentos no estado de Mato Grosso do Sul, é fundamental realizarmos um percurso teórico sobre este conceito, que expressa, dentro de uma região econômica e política, a dinâmica do território, no caso, o nacional.

Santos (2005) entende que as estruturas sócio-espaciais estão relacionadas com a Formação Econômica e Social (FES), a qual, por sua vez, expressa a relação entre sociedade e espaço. Esta abordagem foi construída lentamente na Geografia, que se focava mais no estudo da *forma* das coisas do que pela sua *formação*. A formação econômica e social deve ser entendida a partir de um estudo sobre as relações do Homem com o espaço, pois, conforme o Homem cria ou transforma as coisas,

¹ O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando relacionado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se relacioná-lo sempre à ideia de poder (ANDRADE, 1994, p. 213).

ele faz história, e esta não se dá fora do espaço, existindo, portanto, uma relação entre a sociedade e o espaço. Dessa forma:

Esta categoria [FES] diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isso é o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço como qual o grupo de transforma. (SANTOS, 2005, p. 22).

Portanto, considera-se que o estudo da formação econômico-social não está refletido como forma de conhecimento de uma “sociedade em geral”, mas sim de uma dada sociedade que existe sob parte de um processo histórico determinado, definindo as sociedades de acordo com diferentes tipos históricos. Bukharin (1972, p. 235 *apud* SANTOS, 2005, p. 25) explica que: “Cada sociedade veste a roupa de seu tempo. Aí esta a definição entre FES e sistema social, podendo este segundo conceito ser aplicado a qualquer forma de sociedade”.

Tratando dessa questão, Goldenstein e Seabra (1980, p. 45), argumentam que:

O surgimento do capitalismo como modo de produção dominante de uma formação econômico-social, pressupõe a existência de formas avançadas de divisão do trabalho e a permanente redefinição das proporções e do significado social e territorial desta divisão.

Baseados em Lipietz (1977 *apud* GOLDENSTEIN; SEABRA, 1980), esses autores apresentam a divisão do trabalho sob dois aspectos. No primeiro, tem-se uma divisão social do trabalho horizontalizada, entre ramos de atividade, ou seja, a divisão interurbana, entre campo e cidade, assim como a divisão entre comunidades, sejam locais, nacionais ou internacionais. Já no segundo caso, tem-se uma verticalização nesta divisão social do trabalho, pois são grupos sociais classificados em dominados e dominantes, que estão presentes no processo de trabalho dos mais variáveis setores, que vão se definindo entre a posse ou não dos meios de produção.

Deste modo, verifica-se uma integração entre os dois tipos desta divisão social, pois a divisão horizontal está reprimida pela divisão

vertical, dado que esta subordina os aspectos econômicos, políticos e sociais das atividades dos sujeitos coletivos. No entanto, podemos concordar com Lipietz (1977 *apud* GOLDENSTEIN; SEABRA, 1980, p. 45-6), para quem:

Qualquer processo de trabalho, em suas etapas intelectuais ou na produção *scrito-sensu*, implica na utilização de meios materiais, que têm uma dimensão espacial, o que leva a uma divisão social e técnica do trabalho a ter uma dimensão territorial. [...] A divisão técnica do trabalho, intensificando cada vez mais com as relações interindustriais, com as necessidades infra-estruturais, a existência de um complexo mercado de mão-de-obra, a concentração bancária de serviços em geral, tornam de fato a cidade como um meio favorável à acumulação capitalista.

Seguindo o raciocínio do autor, conforme há desigualdade entre diferentes ramos de atividades, há também diferentes graus na geração do lucro e na composição orgânica do capital, manifestando-se como desigualdades territoriais combinadas, o que aflige ramos de atividades com menor composição orgânica, pois estas disparidades geram concentração em cidades com as relações interindustriais mais intensificadas. Nesse sentido, surge a vantagem da localização e aglomeração territorial, o que acaba por se definir em pequeno número, porém em grandes concentrações urbano-industriais.

Quando se trata da divisão territorial do trabalho e da regionalização, podem-se abordar os espaços econômicos que cuja gênese esta relacionada ao processo de divisão internacional do trabalho, ou seja, o surgimento de novas regiões econômico-políticas que consubstanciam as realidades econômico-sociais.

Assim, no caso brasileiro, a divisão territorial do trabalho se apresenta sob o controle hegemônico da produção capitalista através de seus setores de produção mais avançados. Portanto, a regionalização torna-se produto do desenvolvimento desigual interno do caráter e ritmo dos conflitos sociais nas diversas regiões. Dessa forma, a região se torna uma escala de operação produtiva no capitalismo, seja para ampliar os próprios mercados domésticos, seja para ampliar limites dos seus territórios econômicos (EGLER, 2005).

Para Oliveira (1981), uma região é considerada como o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, em que o econômico e o político fundem-se, assumindo uma forma especial de aparecer no produto social. Assim:

O conceito de região aqui esboçado não nos remete de volta à questão do modo de produção, isto é, a “região” não seria outro modo de produção nem uma formação social, singular. O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços sócios-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são personas do capital e de sua constituição básica. (OLIVEIRA, 1981, p. 30).

Dessa maneira, a região aparece como produto das relações inter-regionais como uma dimensão das relações sociais que polarizam riqueza e pobreza, dispondo-as diferencialmente no espaço. Buscamos neste item do trabalho explicitar nosso entendimento sobre o conceito de região e divisão territorial do trabalho, compreendidas historicamente num contexto econômico e político fundamentado nos movimentos de reprodução do capital e, conseqüentemente, as relações de produção.

A ECONOMIA AGROEXPORTADORA E A INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL

A economia brasileira, ao longo do século XX, passou por diversos rearranjos em termos de modelos de desenvolvimento e mudanças institucionais. Podemos considerar que o Brasil apresentou uma economia agroexportadora até a década de 1930, sob o interesse de classes sociais hegemônicas, representadas principalmente por latifundiários. Após este período, tem-se de fato o avanço para a industrialização nacional “substituidora de importações”.

As teorias cepalinas², compostas por teóricos como Prebisch (1949) e Furtado (1961), destacam que a inserção da economia brasileira na Divisão Internacional do Trabalho é definida, desde a colonização da América, pelo comércio marítimo com a Europa. E, durante o século XIX, mesmo com a independência política, o Brasil continuou subordinando aos pólos hegemônicos do capitalismo internacional, que persiste até os dias atuais.

Um dos primeiros trabalhos sobre o desenvolvimento regional elaborado no Brasil, segundo Diniz (1990), foi o relatório feito por Celso Furtado em 1950, chamado de relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTND).

Neste trabalho, observaram-se argumentos que seguiam de perto as formulações teóricas da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre a deterioração das relações de troca com o exterior, pois demonstrava inicialmente um *superávit* do Nordeste com o comércio exterior. Porém, este saldo positivo na balança comercial era transferido para financiar as importações do Centro-Sul, beneficiando esta última região. Outro fator que deixava o Nordeste em desvantagem era que esta região exportava bens primários para o Centro-Sul e importava produtos industrializados. Todavia, com as barreiras alfandegárias³ impostas pelo governo, estas acabavam por impossibilitar as compras no exterior, como industrializados.

A expansão da economia cafeeira nas primeiras décadas do século XIX adquiriu uma expressão de comércio internacional a partir da metade desse século e, já no final, as exportações de café representavam cerca de 60% das exportações brasileiras. Entretanto, conforme as necessidades da acumulação capitalista no sentido da mobilidade territorial trouxeram a participação do capital estrangeiro, o que justificou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, suprido pela imigração estrangeira (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1980).

Ainda, ressalta-se que o período compreendido entre os anos de 1880 e 1930, o rápido processo de crescimento da economia cafeeira, foi responsável por criar significativas discrepâncias regionais de níveis de renda e consolidar São Paulo como futuro centro dinâmico da econo-

² Refere-se à Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

³ Eram impostas barreiras de proteção ao comércio, como por exemplo, tarifas, para estimular o consumo de produtos nacionais, neste caso, o Centro-Sul.

nia, ao qual as demais regiões, necessariamente, teriam de articular-se, já durante a Primeira Guerra Mundial.

A reprodução do território nacional, tendo como base o início do século XX, apresentava-se desarticulada, pois de fato não existia uma divisão regional interna do trabalho em dimensão nacional, mas sim diversas regiões que estavam vinculadas ao capitalismo mundial.

Essas mudanças no centro econômico do país ocasionaram alguns efeitos imediatos na economia cafeeira, como o emprego de mão-de-obra imigrante livre, investimentos do capital estrangeiro e a consequente acumulação do capital nas mãos de produtores do café. Estes efeitos aprofundaram o “dualismo regional” entre o Centro-Sul e o restante do Brasil, principalmente o Nordeste (FURTADO, 2005).

A atividade cafeeira não teve destaque na região Nordeste, como ocorreu no ciclo da cana-de-açúcar⁴, pois já na segunda metade do século XIX, com o país politicamente independente, o Centro-Sul tomaria a liderança, enquanto o Norte e Nordeste declinavam em termos de produção agrícola com relação ao Sul e Sudeste.

A empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, e nisto se assemelha à açucareira. Entretanto, apresenta um grau de capitalização muito mais baixo do que esta última, porquanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra. Se bem que seu capital também esteja imobilizado - o cafezal é uma cultura permanente -, suas necessidades monetárias de reposição são muito menores, pois o equipamento é mais simples e quase sempre de fabricação local. Organizada com base no trabalho escravo, a empresa cafeeira se caracterizava por custos monetários ainda menores que os da empresa açucareira. Por conseguinte, somente uma forte alta nos preços da mão-de-obra poderia interromper o seu crescimento, no caso de haver abundância de terras. Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão-de-obra escrava subutilizada da região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços. No terceiro quartel do século [XIX] o preço do

⁴ Mais detalhes ver Furtado (2005).

café se recupera amplamente, enquanto os do açúcar permanecem deprimidos, criando-se uma forte pressão no sentido da transferência de mão-de-obra do norte para o sul do país. (FURTADO, 2005, p. 65).

Dentro deste contexto, processa-se a formação de uma nova classe que havia acumulado capital no comércio e transporte de gêneros, animais e de café, e que passou a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira.

Assim, o país permaneceu povoado por uma população em sua maioria escravizada ou de subsistência, que impossibilitou a formação de um mercado local em moldes de países capitalistas já desenvolvidos, desse modo, sua passagem de colônia para Estado-Nação foi marcada por atrasos estruturais que permaneceram no início do século XX.

De acordo com Bourlegat (2000) a região Sudeste, até então, apresentava um mercado consumidor de bens industrializados, os quais penetravam pelos portos de Santos e Rio de Janeiro, o que favoreceu o surgimento de comerciantes importadores, principalmente no estado de São Paulo. Já na região Nordeste, tinha-se na Zona da Mata a agroindústria de açúcar, voltada também para o exterior, e no sertão nordestino a extensiva economia pecuário-algodoeira. As regiões Norte e Centro-Sul apresentavam-se como vastos “vazios”⁵, que ocupavam grande parte do território brasileiro, pois a Amazônia tinha o extrativismo da borracha que provocou migrações do Nordeste, resultando em acumulações de casas importadoras e exportadoras através de sistemas de financiamento das atividades de extração.

Já no Centro-Oeste, existia uma pecuária extensiva com vínculos externos pouco expressivos com a economia cafeeira. Os produtos mais importantes da exportação eram a erva-mate e o boi em pé, além dos subprodutos do gado abatido localmente (couros, ossos, sebos, crinas etc). O comércio institucionalizado da erva pela Companhia “Mate-Laranjeira”, até 1909, dava-se através do Porto Murtinho (no rio Paraguai), propriedade da empresa, ao mesmo tempo entrando por ele algumas mercadorias destinadas ao consumo da população. Neste caso, tratava-se de um circuito comercial muito reservado ao atendimento desta companhia ervateira (BOURLEGAT, 2000).

⁵ Vale ressaltar que estes espaços considerados “vazios” eram habitados por índios.

Portanto, à medida que foram se estreitando as relações entre o Brasil e o mercado internacional, com a entrada de capital estadunidense e europeu, mais as elites brasileiras passaram a esforçar-se pela integração econômica territorial do país ao centro dinamizador nacional, de modo a garantir a unidade física do Estado-Nação.

Assim, nessa transição do século XIX para o século XX, verifica-se a existência de diversos mercados regionais de consumo de produtos industrializados importados ou mesmo supridos pelas atividades artesanais. Os mercados regionais ganham características de mercadorias voltadas à exportação externa ou interna, dadas as relações das classes dominantes (CANO, 1998).

Para Oliveira e Reichstul (1984), a expansão da economia brasileira trouxe mudanças na divisão do trabalho entre as diversas regiões que compõem o país, assim como na escala de cada região, e uma diferenciação social do trabalho, como crescimento de atividades industriais e de serviços em relação à agropecuária.

Cabe ressaltar que o crescimento industrial no decorrer do século XX, iniciado no Sudeste, acarretou em profundas transformações estruturais da economia brasileira, ocasionando novas divisões regionais no país. Estas novas divisões regionais podem ser notadas a partir da década de 1930, com a formação do mercado nacional e planejamento de unificação econômica no espaço brasileiro, que caracterizou novos produtores de ramos intermediários e de capital propriamente de industrialização.

De acordo com Rego e Marques (2006), de modo geral, até a década de 1930, o desenvolvimento capitalista do país tivera um caráter esporádico, pois o sistema de relações econômicas externas conservava o aspecto colonial. O afluxo de investimentos e empréstimos no início do século XIX contribuíra, sobretudo, para a consolidação da economia tradicional, isto é, pré-capitalista, e dos grupos sociais vinculados àquele sistema. Assim, com a expansão para o Oeste e a crescente complexidade da estrutura agrária, foi possível para a velha elite afrouxar o controle, em termos relativos, embora ainda ganhando de modo absoluto.

Uma indicação de que o poder político dos proprietários de terra perdera força foi a decisão unilateral do governo do país, em 1927, de eliminar os subsídios de transporte de todas as mercadorias. Este e outros sinais, principalmente a crescente influência do setor urbano-

-industrial, assinalam um relativo enfraquecimento do histórico poder dos fazendeiros paulistas, pouco antes da crise internacional de 1929.

É nesse contexto que Cano (1998, p. 153) destaca:

O Estado brasileiro também passava por algumas reformulações em sua forma de atuar e nas pressões que sofria. Por um lado, aumentavam e diversificavam as pressões setoriais pela presença cada vez maior de novas frações da classe dominante. Por outro, a expansão do mercado de trabalho e a questão social moviam-se no sentido de preparar institucionalmente a economia para que pudesse se defrontar com as reivindicações da crescente classe operária, daí advieram várias regulamentações para o trabalho instituído pelo Estado, além como se sabe a ampliação do aparelho repressivo.

Ainda segundo Cano (1998), a economia de São Paulo passava por outra transformação, pois estava constituindo um importante papel: o da agricultura. Este setor da economia paulista passava por extraordinária dinâmica de crescimento não apenas do café, mas também de outros alimentos e de matéria-primas⁶.

A fronteira agrícola do Estado de São Paulo havia sido alargada e seu desbravamento nos anos da década de 1920 em direção à região Centro-Oeste permitiria, na década seguinte, nova e extraordinária expansão.

A industrialização foi responsável pela maior concentração da população e renda no Sudeste, cuja integração com o Sul já era relevante desde os primórdios da implantação industrial, graças ao fornecimento de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Essas implantações de ramos industriais no Sudeste levaram a uma nova divisão inter-regional do trabalho, pois a produção era voltada para o mercado nacional, embora a maior parcela consumidora estivesse no próprio Sudeste. Destaca-se também uma re-divisão do trabalho interno, que mostrava intensa concentração industrial na cidade de São Paulo. Nas palavras de Goldenstein e Seabra (1980, p. 54): “o Estado fortemente centralizado pós [19]37 cria condições institucionais para a industrialização que favorecem a própria concentração no Sudeste”.

⁶ Mais detalhes ver Cano (1998).

A distribuição do produto interno por setores de produção, como agrícola, indústria e serviços, demonstra uma inversão na geração da renda indireta da agricultura para indústria no Brasil no decorrer das décadas de 1930 para 50, acentuando-se até o final da década de 70. Com isso, a agricultura saiu de um patamar de 28,5% de participação da renda para 11,2%, e na indústria, o setor saiu de 18,8% no final da década de 30 para alcançar 37,1% no final da década de 70 (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1980).

Partindo para o final da década de 1950 e o início de 60, verifica-se uma nova definição da divisão internacional do trabalho, relacionada ao mecanismo de “substituições de importações”. Assim, é a partir de 1959 que o setor industrial se consolida à frente da agricultura no âmbito da participação da renda nacional (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1980).

Entretanto, cabe analisar a divisão intra-regional do trabalho no Brasil, a partir dessa nova consolidação da industrialização concentrada na região Sudeste, principalmente em São Paulo. Nesta magnitude, a Tabela 1 demonstra as variações da distribuição regional de renda interna, ou seja, o quanto cada região concentrou de renda no período de 1949 a 1970.

Tabela 1
Brasil - Distribuição de renda interna por setores (em %)

Regiões	1949	1959	1970
Norte	1,7	2,0	2,1
Nordeste	13,9	14,5	11,7
Sudeste	67,5	65,0	65,5
Sul	15,2	16,2	17,1
Centro-Oeste	1,7	2,3	3,6

Fonte: Goldenstein e Seabra (1980, p. 55).

Dada a Tabela 1, verifica-se, no entanto, a concentração na região Sudeste devida basicamente à atividade industrial, como também à participação de sua agricultura no conjunto do país. Já o Nordeste tem sua participação diminuída na década de 1940, recuperando-se na década de 50 e decaindo na década de 60.

Refletindo acerca desta problemática, Oliveira e Reichstul (1984, p. 51) destacam que:

Vemos que existiu uma re-divisão do trabalho. O Sudeste que tinha até um certo momento, toda uma estrutura produtiva voltada para a agricultura. Quando começa a industrializar-se repassa esta tarefa para o Norte e Sul. A partir daí, e de que o Sul e o Nordeste, em suas trocas com o Sudeste, tenham que vender mais produtos primários para comprar produtos industrializados. Ocorre então a conhecida deterioração dos termos de troca.

Assim, o Sul mantém um caráter de complementaridade com a região Sudeste, pois na década de 50 se torna expressiva a ascensão de sua agricultura, apesar de manter um ritmo de crescimento na indústria nacional (EGLER, 2005).

A região Norte, por sua vez, dado que o Sul e o Nordeste estavam cada vez mais ligados à nova estruturação econômica do Sudeste, passou praticamente isolada da economia interna, sendo nula a sua participação no processo de re-divisão do trabalho.

Quanto ao Centro-Oeste, apresenta-se, neste período da década de 1940 ao final da década de 60, uma participação semelhante ao Sul e Nordeste. Já no processo de industrialização, ocorreu de fato o oposto quando se verifica a indústria, pois esta praticamente não existia no Centro-Oeste, região a qual cresceu sem sofrer efeitos na dependência do Sudeste, devido a sua industrialização estar voltada à transformação e ao beneficiamento dos seus produtos agrícolas, e este crescimento industrial ter gerado uma taxa média igual à nacional (OLIVEIRA; REICHSTUL, 1984).

O que se pode notar é que o Centro-Oeste iniciou efetivamente seu processo de integração com a fundação de Brasília em 1961, cuja rede de infraestrutura viária facilitaria a expansão da monocultura da soja, enquanto cultura agrícola que abriu, de certa forma, os cerrados, e integrou essa região ao mercado nacional na década de 80.

É importante que fique claro que o padrão de expansão agrícola do Centro-Oeste é radicalmente distinto daquele que prevaleceu no Nordeste ou no Sul. A pequena propriedade praticamente inexistente enquanto unidade produtiva dos cerrados

por uma razão elementar: os custos de insumos e de equipamentos para vencer a barreira ecológica dos solos lateríticos e atingir economias de escala que compensem os investimentos realizados transformaram essa área no território econômico da agroindústria oligopólica. (EGLER, 2005, p. 201).

Seguindo a linha de raciocínio do autor, podemos concordar que a região Centro-Oeste teve um ritmo acelerado de crescimento a partir de 1975, devido, sobretudo, ao avanço agrícola tecnificado sobre os cerrados, como também à diversificação das cidades como centros de processamentos industriais, comercialização e gestão do complexo agroindustrial.

MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Como visto anteriormente, o início do processo de expansão e modernização agrícola do Centro-Oeste tinha por objetivo atender o mercado consumidor de produtos agrícolas da região Sudeste, que esteve ligado ao desenvolvimento industrial do país, mais especificamente na citada região. Assim, o Centro-Oeste e o até então estado de Mato Grosso⁷ passaram a integrar uma nova dinâmica capitalista do país, ou seja, para a consolidação do capital industrial, espaço oestino se torna capaz de contribuir por meio de fornecimento de bens primários.

Esse desenvolvimento industrial na região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo, começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira. Ou seja, nas palavras de Oliveira (1981, p.74), “começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao ‘arquipélago’ de economias regionais até então existentes, determinada, sobretudo, pelas suas relações com o comércio exterior”.

Estudando essa temática, Bourlegat (2000), argumenta que as novas técnicas no uso do solo, com a divisão territorial do trabalho, induzindo à especialização da produção, permitiu o aumento da pro-

⁷ A divisão do estado de Mato Grosso ocorre em 1977, criando o estado de Mato Grosso do Sul, consolidado oficialmente no ano de 1979.

atividade de alimentos. Desse modo, a articulação comercial entre as regiões, antes isoladas entre si, promovida pelas classes comerciantes, foi permitindo uma integração econômica entre elas, em favor da integridade territorial do Brasil. No entanto, no então Mato Grosso, área rarefeita de moradores e desprovida de colonização, essa articulação econômica não ocorreu, a não ser como área de passagem e abrigo de gado em currais pelos pecuaristas.

Já nas décadas de 1950 e 1960, impulsionado pela CEPAL, conforme citado por Baer (2003), criou-se uma característica brasileira da migração no sentido rural-urbano, chamado de Processo de Substituição de Importações (PSI), que tinha como principal objetivo o controle das importações e a manipulação da taxa de câmbio, buscando fortalecer o setor manufatureiro e o desenvolvimento da indústria nascente.

De fato, o crescimento econômico gradativo e também populacional em Mato Grosso do Sul pode ser observado através de algumas políticas de desenvolvimento, como a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada em 1943; o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), em 1971; o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO) e o Programa Corredores de Exportação, em 1973; e, por último, o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), em 1976⁸.

Segundo Abreu (2001), será no Projeto de Integração Nacional, implementado pelos governos militares através da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste) e liderado pelos interesses do capital multinacional, que o então Mato Grosso passará a ter uma função e também uma participação mais efetiva no contexto do capitalismo mundial, produzindo grãos e carne, com intenso investimento de capital, para serem exportados e colaborarem no equilíbrio da balança comercial brasileira, para iniciarem internamente o processo de agroindustrialização.

Assim, a implementação dessas políticas foi definindo formas de apropriação do território voltadas não somente para a agricultura e pecuária tradicionais, mas principalmente pela agricultura de mercado, pela pecuária melhorada e pelo processamento industrial da matéria-prima.

⁸ Ver Abreu (2001) e Oliveira (1993).

Portanto, verifica-se uma integração regional do Centro-Oeste ao centro dinâmico industrial, localizado na região Sudeste, integração esta que se completa na década de 1970 com a uma ativa e planejada atuação do Estado.

Nota-se, portanto, neste período histórico, a consolidação do planejamento, com a base discursiva para o desenvolvimento. Essa base discursiva nacional-desenvolvimentista estava atrelada ao papel do planejamento e sua racionalização, sustentada ideologicamente nos pressupostos teóricos elaborados pelo economista francês François Perroux: referimo-nos a teoria dos pólos de desenvolvimento.

Nesse contexto histórico, o desenvolvimentismo, para Ianni (1989), está ancorado na industrialização como o elemento ideológico fundamental, em que o Estado patrimonial se converte em Estado burguês. Assim, desenvolvimento significa “industrialização”.

Seguindo este raciocínio, a crítica ao planejamento pode ser observada por Covre (1981), que enfatiza o Estado como uma grande unidade de produção aliada às multinacionais e ao capital nacional. O Estado negocia os recursos naturais valiosos e a força de trabalho explorável. Assim, o capital internacional partilha com o capital estatal e com o capital nacional, fazendo com que o desenvolvimento apareça de forma desigual e combinada, pois tanto o capital internacional como o nacional retém mais-valia, tornando o nível de exploração cada vez maior.

Portanto, a crítica ao planejamento surge quando este está favorecendo o capital, em que os capitais estatal, nacional e internacional formam um tripé para um desenvolvimento desigual e combinado.

Egler (2005) sugere que o planejamento para o desenvolvimento do território deve ser realizado por uma gestão mais democrática e participativa, buscando assim uma equidade social na distribuição do território que compete riquezas e renda. Daí a ideia de minimizar as desigualdades regionais no Brasil.

Nesse contexto, ao estudar o processo de ocupação do Centro-Oeste e do Mato Grosso do Sul, denota-se a preocupação desde a “era Vargas” com o preenchimento de espaços denominados “vazios”. Em outras palavras, seriam espaços não ocupados economicamente e que contribuiriam para o desenvolvimento do país em termos de produtividade. Nesse período, observou-se a necessidade de ocupar tal espaço com uma visão mais geopolítica que desenvolvimentista, já que,

e principalmente, o Mato Grosso do Sul situa-se em área de fronteira internacional, com o Paraguai e a Bolívia.

Foi a partir da década de 1940 que o Estado passou a atuar firmemente no processo de ocupação do Centro-Oeste, impulsionado pelo processo de substituição de importações, que trouxe para o estado do Mato Grosso do Sul novos modos de produção do capital⁹.

Os reflexos dessas novas políticas começaram a ter efeitos nas décadas de 1950 e 1960, com elevado crescimento econômico e populacional. Porém, é a partir das décadas de 1970 e 1980 que a agricultura adquire importância central na expansão e diversificação das exportações, ou seja, ganha destaque no sentido de fornecer matérias-primas para as indústrias.

Cabe destacar a criação do Programa Nacional do Álcool (PRO-ÁLCOOL), em 1975, com a tentativa de resolver o problema energético do Brasil e atender as necessidades de combustíveis automotores, bem como com a meta de reduzir as disparidades regionais de renda. Contudo, o programa não atingiu os objetivos sociais, ocorrendo um favorecimento somente a grandes grupos empresariais. Daí os aspectos contraditórios das políticas de integração e desenvolvimento regional no estado do Mato Grosso do Sul.

O PROÁLCOOL¹⁰ visava incrementar a produção de álcool em todo Brasil, passando nos anos de 1980 por uma fase ascendente e incentivando novas destilarias. Em 1979, existiam apenas duas destilarias no país; já em 1983 eram oito em pleno funcionamento e duas em fase de montagem. Ainda no trabalho de Rossini (2003, p. 14), argumenta o autor que:

Apesar do processo de crescimento populacional e urbanização, a maior dificuldade encontrada pelas destilarias foi o componente mão-de-obra. A utilização de um contingente significativo de força de trabalho sazonal – devido à baixa utilização de maquinarias para colheita da cana – não foi fácil

⁹ Importante destacar, que o estado também atuava, no sentido de “isolar” a população indígena, através de criação de reservas. Como aponta Santana Junior (2009, p. 01), “as políticas de colonização do país, sempre estiveram atreladas a integração nacional [...]. Contudo, essas políticas interferiram diretamente no espaço vivido pelas populações indígenas”.

¹⁰ Como primeira fase da indústria de Mato Grosso do Sul, destacam-se dois tipos de indústrias de porte médio: os frigoríficos e as destilarias, sendo o PROÁLCOOL instituído em 1975 (ROSSINI, 2003).

de ser dimensionada num Estado onde cresce o número de micro-indústrias, houve então um incentivo a imigração de bóias frias e de trabalhadores semi-qualificados.

O lançamento do (PROÁLCOOL) permitiu que no Mato Grosso do Sul se verificasse um aumento das usinas de produção de álcool. Já a instalação dos frigoríficos, por volta de 1982 a 1986, não teve problemas com mão-de-obra, pois já implantada com uma alta relação capital/trabalho (OLIVEIRA, 2003). Este processo pode ser descrito assim: para “[...] as indústrias que transformam grandes quantidades de produtos primários, a tendência foi para localizá-las perto das fontes de matérias-primas, o que permitia minimizar os custos de transportes e maximizar a vantagem de escalas de produção” (FURTADO, 2000, p. 328).

A crise econômica instaurada no início da década de 1980¹¹ trouxe consequências no planejamento e novas bases discursivas, pois o discurso do Estado intervencionista começa a desaparecer, surgindo um novo discurso, agora voltado ao modelo econômico “liberal”, seguido na época por vários países.

Os modelos de políticas econômicas liberais, adotado no Brasil na década de 1990, priorizavam a abertura comercial e financeira com participação mínima do Governo. Assim, o Estado minimizava sua participação no desenvolvimento e serviços básicos, como atividades na infra-estrutura, ciência, tecnologia entre outros, agravando a dependência do país ao capital estrangeiro

Analisando esse processo, Becker e Egler (1993) apontam que o Estado continua sendo uma unidade espacial básica para a acumulação do capital, embora cumprindo um novo papel. Em outras palavras, o Estado não define as estratégias, apenas regula o processo de modernização, devido à internacionalização do capital e à aplicação intensiva de novas tecnologias.

As mudanças no contexto internacional nas últimas décadas, ocasionadas principalmente pela chamada “globalização”, trouxeram ao campo das teorias do desenvolvimento econômico, novos modelos, tanto no âmbito regional como local. Esses novos modelos, surgidos e discutidos dentro desta temática, dizem respeito ao crescimento e seus

¹¹ Crise brasileira devido ao endividamento externo e ao aumento dos juros, com a racionalização dos recursos e da poupança externa.

desdobramentos para determinadas regiões, definido por Barquero (1988) como o “modelo de desenvolvimento endógeno”, que tem por objetivo desenvolver as potencialidades socioeconômicas de uma determinada região.

Em outras palavras, o crescimento organiza-se em torno da expansão e transformação das atividades pré-existentes, utilizando o potencial de recursos e de inovação disponíveis, condicionado pela estrutura social e cultural, e códigos de conduta da sociedade em espaços particulares.

Desse modo, podemos identificar que os centros urbanos da região Centro-Oeste têm importante papel no setor agrícola da produção do binômio soja/milho. Contudo, cabe destacar que o processo do modo de produção capitalista na agricultura gerou nas décadas passadas uma maior integração com a indústria, admitindo que a agricultura deixasse de estar separada do setor secundário.

A evolução do pensamento econômico e as mudanças no contexto internacional, principalmente nos períodos de pós-guerra, trouxeram avanços na teoria econômica, buscando cada vez mais o seu aperfeiçoamento e, por fim, apontar alternativas de crescimento para determinadas regiões que se encontram com grandes *déficits*, provocados pelos principais gargalos da modernidade.

Assim, os efeitos desse novo pensamento político-econômico vigente no período geraram mudanças nas estratégias governamentais, no sentido de um redirecionamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local¹². Outro ponto que não podemos deixar de comentar é a influência do pensamento keynesiano nas políticas públicas, pensamento este que visava à distribuição de renda como determinante da poupança e do crescimento.

Cabe ressaltar que, nos últimos 50 anos, a economia se voltou mais para o comércio internacional, impulsionando a chamada globalização e trazendo para o meio acadêmico a discussão sobre a formação de blocos econômicos e a importância de uma maior liquidez internacional dos produtos tecnológicos.

¹² O desenvolvimento local baseia-se na capacidade criativa, nos valores e potencialidades, nas formas de expressão cultural e na participação coletiva de uma dada comunidade. Portanto, além do aspecto econômico, o desenvolvimento local integra os aspectos sociais, ambientais e políticos (LIMA *et al.*, 2007).

Nos anos de 1980 e 1990, houve profundas modificações nos processos produtivos, com ascensões econômicas de novas regiões e declínios de outras fortemente industrializadas, como comentam Benko e Lipietz (1995). Estas desigualdades regionais trouxeram formas de reorganização produtiva, como o propalado desenvolvimento endógeno, agora vinculado ideologicamente ao conceito de sustentabilidade.

Nesse contexto, cabe analisar, a partir da década de 1990, a deterioração do discurso desenvolvimentista¹³, gerando um novo discurso “neoliberal”, voltado ao desenvolvimento sustentável e pautado na globalização e no mercado como unidade reguladora. Este período pode ser notado a partir das aberturas comerciais e financeiras propostas por Collor, em que o capital internacional se instala no Brasil em busca de novos recursos.

Conforme Araújo (2009), este período acirrou a privatização e a competitividade devido às políticas liberais, privilegiando os espaços econômicos mais competitivos e secundarizando as regiões menos competitivas.

A proposta de planejamento a partir da década de 1990 traz como princípio fundamental o “desenvolvimento sustentável”, preocupação esta que já ocorre com mais vigor a partir da década de 1980, dada a necessidade de se criar novos instrumentos com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento regional voltado à temática do meio ambiente, devido principalmente a movimentos ambientalistas.

Portanto, surge um novo modelo de instrumentos de avaliação, trazendo os impactos sociais, tecnológicos e ambientais, que recebe destaque a partir da década de 1990. Contudo, o desenvolvimento sustentável estava ligado ao capital externo, com fortes pressões ambientalistas que repercutiam de certa forma no Brasil.

As políticas de planejamento, marcadas em um primeiro momento pelo planejamento tradicional, vem cedendo lugar à gestão do desenvolvimento, posto que esta gestão traz novas perspectivas de um planejamento mais descentralizado, com o objetivo de não atingir somente o Estado central e grandes empresas, mas também pequenas e médias empresas, agentes sociais e locais, entre outros.

Essa nova gestão de desenvolvimento pode ser observada nos textos de Dantas e Souza (2003) e Cabral (2004), os quais demonstram

¹³ Como exemplo para região Centro-Oeste é a extinção da SUDECO.

maior intervenção e preocupação do governo de Mato Grosso do Sul junto à população sobre a formulação das estratégias visando o desenvolvimento regional.

Nas políticas de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o programa “Avança Brasil” pode ser entendido como um processo de que o Estado deve ir aonde o mercado não pode chegar, fazendo com que o Centro-Oeste seja planejado por eixos de desenvolvimento. Assim, o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) deste governo tinha como objetivo reduzir o chamado “custo Brasil” articulando novos eixos de infraestrutura com a finalidade de ligar o Centro-Oeste aos portos para exportação com custos mais reduzidos (DANTAS; SOUZA, 2003).

Cabe destacar os investimentos na matriz energética brasileira, como o Gasoduto Bolívia-Brasil, com o objetivo de atender o setor industrial para um desenvolvimento econômico voltado à concentração do capital. Durante toda a década de 1990, o tema mais fundamentado pelas obras é o desenvolvimento sustentável, que pode ser pensado, no sentido ideológico, como uma necessidade de preservar o meio ambiente para gerações futuras. Porém, o que se tem é a necessidade de manter o processo de acumulação e reprodução do capital.

Já na gestão do primeiro mandato do governador de “esquerda” do estado de Mato Grosso do Sul, José Orcírio de Miranda dos Santos, popularmente conhecido como “Zeca do PT”, no período de 1999 a 2002, houve mudanças no planejamento estadual se comparados com o federal Fernando Henrique Cardoso no mesmo período, pois nesta Unidade da Federação se tinha um planejamento pautado na concepção de garantir a participação da população e voltado ao aspecto social. Ou seja, em nível estadual, tinha-se um governo mais intervencionista nas políticas públicas, enquanto em nível federal tinha-se um discurso mais liberalizante, voltado ao mercado como órgão regulador (CABRAL, 2004).

A coerência desta nova gestão no estado do Mato Grosso do Sul trouxe significativas mudanças nos setores sociais, porém, analisando os programas de planejamento deste governo, verifica-se que se mantém a mesma lógica do nacional, de atrair e acumular capital.

Cabe abordar, ainda, a integração nacional e sul-americana, compreendendo novos e velhos paradigmas de desenvolvimento, mercado e integração. Assim, no texto de Haesbaert (2004), destaca-se a desterritorialização, no sentido de que indústrias buscarão novos territórios, ou

seja, irão se expandir em um primeiro momento. Porém, estas não saem do território onde estão instaladas, e sim se multiplicam, ocorrendo, dessa forma, a multiterritorialidade e a regionalização.

Surgem, nesse contexto, novos modelos de desenvolvimento voltados para o social, em que o Estado deve intervir para melhorar e, conseqüentemente, outros, e que cooperativas baseadas em economias solidárias podem ser este novo modelo de ajuste ao atual sistema econômico. Para tanto, entende-se que o objetivo é romper com o neoliberalismo para buscar modelos alternativos de desenvolvimento.

Sader (2006) destaca uma hegemonia alternativa, no sentido de uma globalização mais solidária, com a preocupação de fluxos do capital especulativo, dívidas públicas, rejeição de patentes e democratização dos setores de comunicação.

Nesse contexto, podemos tomar como exemplo a Economia Solidária, que tem por objetivo se inserir nesse sistema econômico, com a intuição de formar cooperativas e ajudar setores sociais em que o Estado não atua. Nesta, recria-se a ideia de economia como base da relação homem X meio, em que a troca seria o alicerce que justificaria e forneceria melhor qualidade de vida. Dessa maneira, o consumo seria fruto de necessidades pessoais reais e não fruto de consumo por consumo, como visão estritamente do mercado.

Portanto, novos modelos de desenvolvimento buscam “quebrar” o poder hegemônico, no sentido de buscar novas vias de desenvolvimento voltado aos aspectos sociais. Porém, a racionalidade que se verifica nesses modelos é a de se inserir ao sistema atual, sabendo que, dessa forma, estes novos modelos não quebram esta hegemonia, apenas se adaptam a elas, já que, se pensarmos em um novo modelo, seria um modelo alternativo não inserido no sistema econômico predominante.

Entretanto, num novo contexto socioeconômico mundial, vem-se aumentando o incentivo à produção de biocombustíveis, com a produção de álcool através da cana-de-açúcar, um produto em ascensão. É notável o aumento dos canaviais e a implantação de novas usinas de açúcar e álcool, e a substituição da produção agrícola de soja pela cana-de-açúcar.

Podemos concordar com Backes (2009), que constatou em seus estudos de campo realizados no ano de 2008 no Estado de Mato Grosso do Sul, que o processo de expansão da cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul está em fase de consolidação, com aumentos

de áreas arrendadas, assim como, a logística aparelhada para atender as necessidades do capital agroindustrial.

Dada a disponibilidade de terra, surgem então empreendimentos no entorno dos eixos viários do estado, devido à proximidade da matéria-prima. Assim, podemos considerar que nos últimos anos, o agronegócio¹⁴ tem se territorializado no Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras formas de integração da formação socioespacial do território brasileiro ocorreram no contexto das relações estabelecidas pelo sistema capitalista industrial, no qual o país demonstrou um crescimento interno, via substituição de importações. Percebe-se que houve maiores investimentos agrícolas, com incentivos de políticas nacionais, capturando a maior parte da economia rural.

Ao tratar da divisão territorial do trabalho, pode-se destacar que a divisão internacional do trabalho forneceu aspectos para o surgimento de novas regiões econômico-políticas, que formaram as realidades econômico-sociais. A região passa a ser uma escala produtiva para fins operacionais do capital, ampliando mercados e limites dos territórios econômicos.

Dentro deste contexto, houve várias políticas de desenvolvimento regional implementadas pelo Estado, os quais influenciaram novos imigrantes, de diferentes partes do Brasil, a fim de acelerar e movimentar economicamente o Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentou-se, através destas políticas, o controle hegemônico da produção capitalista, tornando internamente produto de desenvolvimento desigual e combinado das regiões.

Ao analisarmos a Região Centro-Oeste, tem-se a agricultura como principal fonte de interesses da produção capitalista, abastecedora de produtos agrícolas, a fim de atender o Sudeste, que se industrializava, tornando-se uma área fornecedora de bens primários ao capital industrial.

A expansão dessas políticas que preconizavam a agricultura e a pecuária no Mato Grosso do Sul foi definindo formas de apropria-

¹⁴ Para Gasques (2004), o agronegócio pode ser definido como uma cadeia produtiva que engloba três processos de produção: fabricação de insumos, produção e transformação nos estabelecimentos agropecuários e por último o consumo.

ção do território voltadas para a pecuária melhorada e para o capital industrial. Assim, o Centro-Oeste configura-se economicamente, a partir da década de 1970, dentro de um planejamento integrado com o capital industrial.

Assim, percebe-se que o capital agroindustrial canavieiro surge no Mato Grosso do Sul no final da década de 1970, a partir dos incentivos do Proálcool, como observado. Estes incentivos do Estado, em busca de fontes de energia renováveis em meio à crise do petróleo, trouxeram o capital industrial, primeiramente nacional, advindos principalmente do Nordeste e Sudeste, e posteriormente, no início do século XXI, já com o capital industrial externo.

Para Backes (2009), várias empresas nacionais e estrangeiras se instalaram no final da década de 1970 e mais intensivamente na década de 2000, estimulados pela demanda mundial do álcool, como também por preços de terras baratas e agricultáveis quando relacionado com preços do Estado de São Paulo.

De fato, o desenvolvimento do capital agroindustrial canavieiro é um processo recente, dominado, como visto, primeiramente pelo capital industrial nacional e, posteriormente, pelo capital industrial internacional. Daí uma relação mais estreita do mercado sucroalcooleiro nacional com o estrangeiro a partir de 2000, representado por interesses do capital mundializado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) || FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ANDRADE, M.C. **Modernização e pobreza**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- ARAÚJO, A. G. J. **Relações entre campo e cidade: a expansão da soja no Centro-Oeste brasileiro e a transformação do espaço do Município de Dourados**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., São Paulo, 2009. p. 1-29.
- BACKES, T. R. **O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2009.

- BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2003. 509p.
- BARQUERO, Antonio. **Desarrollo local**. Una estrategia de creación de empleo. Madrid: Pirámide, 1988.
- BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2000.
- BUARQUE, C. **A desordem do progresso**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- BUKHARIN, N. **Economic Theory of the Leisure Class**. Nova York: Monthly Review Press, 1972.
- CABRAL, E. S. **Políticas públicas de transporte rodoviário no MS: o Fundersul e as ações executadas na Unidade Regional de Dourados**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, 2004.
- CANO W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 2. ed. rev. aum. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- COVRE, M. L. M. **A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DANTAS, O.; SOUZA, O. A. **Planejamento regional: a experiência do “Governo Popular” em Mato Grosso do Sul**. Dourados, 2003. (inédito).
- DINIZ, C. C.; LEMOS, M. M. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: **Para a década de 90 – prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.
- EGLER, C.A.; MATTOS, M. Federalismo e gestão do território: as regiões integradas de desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 5. **Anais...** Florianópolis: ANPEGE, 2003. p. 426-434. Disponível em: <<http://www.ufrj.com.br>>. Acesso em: 9 set. 2005.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 238p.
- GASQUES, J. G. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Texto para discussão n. 1009. Brasília: IPEA, 2004. 43p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1009.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2011.

GIRARDI, E. P. Atlas da questão agrária brasileira e cartografia geográfica crítica. **Revista Confins**, v. 5, p. 9, 2009.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo (1): 21-47, 1980.

GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LIMA, V. R.; MARINHO, M.; BRAND, A. História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia (36-37):363-388, jan./dez. 2007.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, F.; REICHSTUL, H.-P. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, (4): 131-68, abr./jun. 1973.

OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. **Economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROSSINI, R. E. Nota, a título de apresentação. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Agroindústria e reprodução do espaço**. 1. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003. p. 13-14.

SADER, Emir. América Latina en Siglo XXI. In: BORON, A.; LECHINI, G. **Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico**. Lecciones desde África, Asia y América Latina. 1. ed. Buenos Aires: Clasco, 2006.

SANTANA JUNIOR, J. R. A reserva indígena de Dourados-MS: considerações iniciais sobre o modo de vida Guarani. In: ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12. **Anais...** Montevideo, 2009.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 21-14.

SENAI/DN. **Perfil Competitivo do Mercoeste**. Brasília, 2003.